

#### **DOCTRINA, PARÊCERES E ATUALIDADES**

CONTRIBUTO POTIGUAR À ELABORAÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO (Edilson Pereira Nobre Júnior) 433

AS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS DO PROCURADOR DO ESTADO: ANÁLISE DO CASO DA CONSULTORIA JURÍDICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA (Reinaldo Pereira e Silva) 449

VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO À CONSTITUIÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O ALCANCE DO DEVER CONSTITUCIONAL DE O ESTADO GARANTIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho) 458

DA POSSIBILIDADE DE CONTROLE DAS DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ATRAVÉS DO RECURSO HIERÁRQUICO IMPRÓPRIO (Wilson José Vinci Júnior) 467

O CONCEITO CONSTITUCIONAL DE SERVIÇO PÚBLICO (Gustavo da Rocha Schmidt) 479

#### **JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Procedimento de controle administrativo – Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo da Lei Orgânica do *Parquet* de Estado-membro por violação aos princípios da impessoalidade e da isonomia – Inadmissibilidade – Pretensão controle de constitucionalidade da legislação – Atribuição de competência para o controle da legalidade dos atos administrativos (STF) 495

MAGISTÉRIO ESTADUAL – Trabalhadores em educação – Entidade sindical – Legitimidade ativa para ajuizamento de ADIn. – Lei com-

plementar estadual – Instituição da modalidade de remuneração por subsídios para o professor – Constitucionalidade – Inexistência de redução forçada da remuneração ou violação ao direito adquirido – Não caracterização de afronta à isonomia – Regime de subsídios que não impede o pagamento dos direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos, conforme o art. 39, § 3º, da CF/1988 (STF) 504

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Pretensão reconhecimento do direito de registro, licenciamento e emplacamento do seu único veículo na condição de categoria oficial – Inadmissibilidade – Entidade autárquica não integrante da Administração direta – Inteligência do art. 120, § 1º, do CTB (TJDFT) 515

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – “Respondente” – Comprovação do cometimento de irregularidades mediante processo administrativo – Afastamento definitivo das funções – Legalidade – Exercício precário e interino – Inaplicabilidade das prerrogativas previstas na Lei nº 8.935/1994 (TJGO) 518

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – Danos morais – Caracterização – “Tribunal de Mediação e Justiça Arbitral” – Uso indevido de símbolo nacional (Armas) e expressões próprias do Poder Judiciário – Danos ao patrimônio imaterial da União – Indenização devida (TRF1ªR) 523

PROCESSO SELETIVO – Sistema “S” – Indícios de fraude – Celebração de TAC – Anulação do certame e demissão dos aprovados de forma irregular – Fixação de prazo, caso ainda não ocorrida – Aplicação de multa ao ex-Superintendente e ao ex-Presidente da entidade (TCU) 531